



FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS DE SERGIPE
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO

**ESPECIALIZAÇÃO EM LIBRAS: TRADUÇÃO, INTERPRETAÇÃO E
ENSINO**

ALINE SANTOS DE OLIVEIRA

**O ENSINO DE LIBRAS NA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
INFANTIL JOSÉ GARCEZ VIEIRA EM ARACAJU (SE):
PRESSUPOSTOS E DESAFIOS**

ARACAJU – SE

2017

ALINE SANTOS DE OLIVEIRA

**O ENSINO DE LIBRAS NA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
INFANTIL JOSÉ GARCEZ VIEIRA EM ARACAJU (SE):
PRESSUPOSTOS E DESAFIOS**

Trabalho de Conclusão de curso apresentado ao Núcleo de Pós-graduação e Extensão – NPGE, da Faculdade de Administração e Negócios de Sergipe – FANESE, como requisito para obtenção do título de Especialista em Tradução, Interpretação e Ensino de LIBRAS.

Prof. MSc. Edivaldo da Silva Costa

Prof.^a MSc. Mônica Maria Soares Rosário

Prof.^a Esp. Aline Santos de Oliveira

Aprovada com média: _____

ARACAJU – SE

2017

O ENSINO DE LIBRAS NA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL JOSÉ GARCEZ VIEIRA EM ARACAJU (SE): PRESSUPOSTOS E DESAFIOS

Aline Santos de Oliveira ²

RESUMO

Este trabalho teve como intuito analisar o processo de inclusão escolar de alunos surdos em sala de aula regular da Escola Municipal de Educação Infantil José Garcez Vieira, em Aracaju (SE). A fundamentação teórica se embasou nos trabalhos de Mantoan (2009), Guijarro (2005) e Shimazaki (2009), além da Lei n.º 10.436/02 regulamentada pelo Decreto n.º 5.626/05, da Lei n.º 9.394/96 (LDBEN) e na Declaração de Salamanca (1994). A metodologia se pautou nos pressupostos da pesquisa, utilizando a técnica de observação desenvolvida numa turma infantil do ensino regular da Escola citada acima, por meio de uma entrevista utilizando questionário e diário de campo a fim de coletar e registrar informações sobre a rotina escolar e a interação pedagógica em sala de aula. Os resultados apontaram em relatos das professoras entrevistadas um desafio e uma oportunidade de colocar em prática seus conhecimentos, em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Durante toda a prática pedagógica, a professora ensina os sinais básicos de comunicação não só para a aluna surda como também para os alunos ouvintes. Conclui-se que a importância do ensino de LIBRAS na prática pedagógica dos professores que atuam com crianças surdas e ouvintes na educação infantil numa perspectiva inclusiva deve possibilitar as ambas a oportunidades de comunicação em sua língua de domínio, ainda que esta esteja sendo alfabetizada em LIBRAS-Língua Portuguesa já que o objetivo maior da educação infantil é alfabetizar a criança para que a mesma possa desenvolver-se e avançar no processo educacional.

Palavras Chaves: Educação. Inclusão. Surdo.

² Graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Vale do Acaraú (UVA) e Especialista em Arte e Educação pela Faculdade São Luís de França (FSLF). Atualmente, professora de Educação Infantil da rede pública municipal de ensino de Aracaju e de Nossa Senhora do Socorro. E-mail: aline.so_25@hotmail.com

ABSTRACT

This work aimed to analyze the process of school inclusion of deaf students in a regular classroom of the José Garcez Vieira Municipal School of Early Childhood Education, in Aracaju (SE). The theoretical foundation was based on the works of Mantoan (2009), Guijarro (2005) and Shimazaki (2009), besides Law no. 10.436 / 02 regulated by Decree No. 5,626 / 05, of Law 9,394 / 96 (LDBEN) and the Declaration of Salamanca (1994). The methodology was based on the assumptions of the participant research through observation developed in a regular classroom of the José Garcez Vieira Municipal School for Early Childhood Education, Aracaju (SE) by means of a questionnaire and field diary in order to collect and record information About the school routine and the pedagogical interaction in the classroom. The results indicated in the reports of the teachers interviewed a challenge and an opportunity to put their knowledge into practice in BSL. And in pedagogical practice, the teacher is teaching basic communication signals not only to the deaf student, but also to the listening students. It is concluded that the importance of the teaching of BSL in the pedagogical practice of teachers who work with deaf and hearing children in inclusive education should allow both the opportunity for communication in their language of dominance, even though it is being literate in BSL-Language Portuguese since the main objective of early childhood education is to literate the child so that it can develop and advance in the educational process.

Keywords: Education. Inclusion. Deaf.

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO.....	06
2 - A INCLUSÃO DE DEFICIENTES AUDITIVOS NA ESCOLA DE ENSINO REGULAR.....	10
3 - METODOLOGIA.....	12
4 - RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	13
5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	18
6 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	20
7 - APÊNDICES.....	22

1 - INTRODUÇÃO

O ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) na Escola Municipal de Educação Infantil José Garcez Vieira (EMEIJGV)³, ainda é um grande desafio. A comunicação surdo-ouvinte foi observada como foco principal, já que há um distanciamento dos ouvintes pela dificuldade de envolvimento por meio da LIBRAS, o que favoreceu para que surgisse o interesse a cultura surda⁴. Além disso, pretendeu-se mostrar que a LIBRAS é a língua materna/natural⁵ do surdo, e por isso, tem o mesmo valor de qualquer outra língua. Aos poucos, novos conceitos e paradigmas ganham força de argumento, ao ponto de contribuir no esforço de implementação de novas políticas públicas em direção aos direitos das pessoas deficientes, neste caso, surdas, conquistarem seus espaços como cidadãos numa Cultura e Língua próprias.

A motivação para a investigação decorrem da vivência de inclusão escolar por meio de observação da falta de interação de uma aluna surda, com 4 anos e estudante do ensino infantil regular e da percepção de que o processo de inclusão desencadeia vários fatores que contribuem decisivamente para a exclusão: o aluno precisa se adequar a realidade dos ouvintes, a escola necessita de reorganização e flexibilidade curricular, a ausência de um profissional de educação bilíngue (Língua Portuguesa/LIBRAS) na turma de ensino regular, os aspectos visuais cognitivos e sócio afetivos para o pleno exercício da aprendizagem dessa criança e entre outros. A justificativa para realização desta pesquisa se pautou na necessidade de uma maior interação comunicativa entre criança surda - crianças ouvintes - professora pedagoga ouvinte na Escola Municipal de Educação Infantil José Garcez Vieira, visando uma educação infantil numa perspectiva inclusiva.

Atualmente, pode-se observar princípios normativos e dispositivos legais conquistados que garantem avanços e melhorias para que esse processo educacional seja cada vez mais qualificado, como a Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002 em seu Art. 1º reconhece a LIBRAS como sendo língua oficial da comunidade surda brasileira, e o Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005 que regulamente a Lei nº 10.436/02 dispõe sobre a LIBRAS como

³ A EMEIJGV é uma escola da rede pública municipal de ensino, situada na Praça Dom José Thomaz, Bairro Siqueira Campos em Aracaju.

⁴ Cultura surda é definida como o jeito de o sujeito surdo entender o mundo e de modificá-lo a fim de se torná-lo acessível e habitável ajustando-os com as suas percepções visuais, que contribuem para a definição das identidades surdas e das “almas” das comunidades surdas. Isto significa que abrange a língua, as ideias, as crenças, os costumes e os hábitos de povo surdo. Descreve a pesquisadora surda.

⁵ Língua materna para filhos surdos de pais surdos e língua natural para filhos surdos de pais ouvintes.

disciplina curricular obrigatória nos cursos de graduação em licenciaturas e em fonoaudiologia das universidades brasileiras, porém, ainda não dá obrigatoriedade nos currículos escolares da educação básica. Essas medidas são importantes, mas não garantem mudanças efetivas no processo educacional.

No entanto, sabemos que a LIBRAS é um componente essencial para o fortalecimento de uma identidade surda no Brasil, motivo pelo qual, mais e mais pesquisas estão surgindo para demonstrar a necessidade de investigar as atuais práticas nas escolas públicas. Pela Lei nº 10436, o profissional que deve atuar preferencialmente na educação infantil é o professor especialista em educação bilíngue (Língua Portuguesa – LIBRAS).

Apesar de assegurado o direito a uma educação que atenda a suas demandas linguísticas, nem todos os alunos surdos têm acesso à educação bilíngue. Isso, porque a educação de surdos é marcada por diversas ações muitas vezes ineficientes para atender a suas especificidades, pois é comum que, ao final da escolarização básica, esses alunos não sejam capazes de ler e de escrever satisfatoriamente, ou de ter um domínio adequado dos conteúdos acadêmicos (LACERDA, 1998).

Partindo do pressuposto de que a LIBRAS é uma língua de comunicação visual-espacial para crianças surdas e está desenvolve uma cognição visual alicerçada a uma Pedagogia Visual Surda. Eis, os seguintes questionamentos:

- A escola em questão necessita de reorganização curricular?
- A criança surda precisa se adequar a realidade das ouvintes?
- Como promover o ensino da LIBRAS para as crianças surdas e ouvintes?

A Pedagogia Visual Surda dá referência ao seu desenvolvimento natural como usuário da língua de Sinais sem interferência da oralidade, construindo assim a sua Identidade Surda. Referência maior é o valor da Língua, hoje no Brasil se reconhece a Libras e ainda não temos uma Pedagogia Surda em ação. O que está faltando? Enfatizando que seria absurdo colocar um professor que não conhece a fundo a Língua de Sinais e a Cultura Surda para ministrar aula para alunos Surdo. O Surdo tem a sua própria experiência visual, por mais distante que os professores estejam por serem de experiência oral-auditiva, é importante prover de sentimentos, aceitação e aos poucos ir incorporando no seu saber viver Surdo, que assim haverá progresso no objetivo proposto.

O currículo escolar se tornou necessária porque, com o surgimento da escolarização em massa, precisou-se de uma padronização do conhecimento a ser ensinado, ou seja, que as exigências do conteúdo fossem as mesmas. No entanto, o currículo não diz respeito apenas a

uma relação de conteúdo, mas envolve também, questões de poder, tanto nas relações professor/aluno e administrador/professor, quanto em todas as relações que permeiam o cotidiano da escola e fora dela, ou seja, envolve relações de classes sociais (classe dominante/classe dominada) e questões raciais, étnicas e de gênero, não se restringindo a uma questão de conteúdos

As práticas escolares estas permitem ao aluno aprender e ter reconhecido e valorizado os conhecimentos que é capaz de produzir, segundo suas possibilidades, são próprias de um ensino escolar que se distingue pela diversificação de atividades. Provoca a cooperação entre todos os alunos e o reconhecimento de que ensinar uma turma é, na verdade, trabalhar com um grande grupo e com todas as possibilidades de subdividi-lo. Dessa maneira, nas subdivisões de uma turma, os alunos com deficiência podem participar de qualquer grupo de colegas, sem formar um grupo à parte, constituído apenas de alunos com deficiência e/ou problemas na aprendizagem.

A pesquisa desenvolvida por Góes & Tartuci (2012) revelou que a realidade vivenciada por alunos surdos em contextos de escolas da rede pública, está acontecendo sem nenhum aparato e pressuposto para uma educação bilíngue. Segundo as autoras citadas, num contexto escolar nos anos iniciais da educação básica com crianças surdas incluídas, observa-se que, apesar dos esforços por parte das professoras para um atendimento individualizado (buscando posicionar-se melhor em sala, falar pausadamente ao se dirigir aos alunos surdos), quando comparadas ao restante da turma, essas crianças acabam ficando em desvantagem em relação aos conteúdos desenvolvidos, devido à falta de uma língua em comum para o estabelecimento de diálogos.

A prática de mediar os alunos com necessidades educacionais especiais (NEE) não restringe apenas ao especialista, no entanto, alguns não se preocupam em se especializar no processo de conscientização cultural e comportamental, que se materializa numa série de habilidades e valores, tendo assim pouco conhecimento e não acolhendo esses alunos que procuram as instituições de ensino. Para Glat e Nogueira (2002):

“Vale sempre enfatizar que inclusão de indivíduos com obrigações educacionais restritos na rede pública de ensino não consiste apenas na sua permanência aos demais alunos, nem na negação dos serviços especializados àqueles que eles necessitem. Ao contrário, implica uma reorganização do sistema educacional, o que acarreta a revisão de antigas concepções e paradigmas educacionais na busca de possibilitar o desenvolvimento cognitivo, cultural e social desses alunos, respeitando suas diferenças e atendendo as suas necessidades” (p. 26).

No Brasil, a educação de surdos está sendo implementada, buscando atender às recomendações contidas no documento Plano Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEE-EI) do MEC (BRASIL, 2008), sustentada pelo Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005 e pela política nacional de Educação Especial (Lei nº 9.394/96 nos seus Art. 58, 59 e 60) que utiliza, entre outras questões, sobre a educação para pessoas surdas. Em Sergipe, o sistema educacional, como todos os outros estados de nosso país, segue as orientações dessa política pública educacional nacional, porém, com adaptações e intervenções das políticas públicas educacionais estaduais, que compreende que o modo mais adequado de educação escolar para as pessoas surdas é a inclusão nas classes regulares de ensino.

Segundo Bueno (2001), é preciso ultrapassar a visão que reduz os problemas de escolarização das pessoas surdas ao uso desta ou daquela linguagem, mas sim de expandir para os territórios sócio políticos. Favorecendo assim a peculiaridade do ensino e um melhor rendimento no processo de aprendizagem. No entanto, é importante também detalhar como esse procedimento de inclusão dos surdos se avolumou nas escolas públicas estaduais.

Sabe-se que muitas escolas no Brasil, sejam elas especiais ou regulares, ainda não estão preparadas para responder a esse público, deixando as pessoas com deficiência patente ao desrespeito, podendo não concluir, inclusive, o ensino médio e um curso superior para atuarem em uma atividade profissional. E apesar do que muitas pessoas imaginam o fato da atuação em LIBRAS, não traz segurança um futuro educacional melhor a estes alunos.

“O indivíduo humano se faz humano apropriando-se da humanidade produzida historicamente. O indivíduo se humaniza reproduzindo as características historicamente produzidas do gênero humano. Nesse sentido, reconhecer a historicidade do ser humano significa, em se tratando do trabalho educativo, valorizar a transmissão da experiência histórico-social, valorizar a transmissão do conhecimento socialmente existente” (DUARTE, 1996, p. 35).

Discernir sobre isso implica consentir a concepção de que o indivíduo não nasce pronto, mas com mecanismo biológico inicial sobre o qual se arquiteta todo um edifício cultural. A metodologia educacional (dentro e fora do contexto escolar) é, pois, um trabalho de reequipamento cultural. Com base em Vygotsky (2001), podemos dizer que a centralidade de sua suposição estava justamente na defesa da tese da criação social do psiquismo da criança, retirando a preferência dos fatores biológicos ou ambientais, para desvendar a aprendizagem e a prosperidade humana. Essa defesa em muito nos importa, já que abre

espaço para se reconhecer a importância das mediações educacionais não só para apreensão do acervo cultural, mas também para impactar o desenvolvimento humano.

A fundamentação teórica se embasou nos trabalhos desenvolvidos por Mantoan (2009), Guijarro (2005), Sá (2003) e Shimazaki (2009). Além disso, a Declaração de Salamanca (1994) enfatiza a importância da escola inclusiva.

Diante disso, esta pesquisa teve como intuito observar as práticas escolares que envolve a inclusão de alunos surdos na Escola Municipal de Educação Infantil José Garcez Vieira. Além disso, pretendeu-se analisar a importância do ensino de LIBRAS na prática pedagógica dos professores que atuam com crianças surdas na turma de educação infantil e possibilitar à criança surda a oportunidade de comunicar-se com seus pares em LIBRAS.

2 - A INCLUSÃO DE DEFICIENTES AUDITIVOS NA ESCOLA DE ENSINO REGULAR

As políticas educacionais inclusivas e metodologias mais adequadas ao processo de ensino aprendizagem de alunos com necessidades educacionais especiais devem reforçar uma melhor gestão dos recursos didático-pedagógicos e/ou tecnológicos, e devem estar na linha de evolução dos paradigmas educacionais. Sendo assim, devem inscrever-se no que poderemos considerar, à transição do paradigma da gestão da integração desses alunos para sua efetiva inclusão em sala de aula.

A questão da inclusão encontra-se circunstanciada nas descrições de diversos pedagogos que se começam a trabalhar com surdos. Para Lacerda (1998), o objetivo da educação dos surdos era, então, fazer com que conseguissem prolongar o pensamento, obter instrução e fazer saber com o mundo ouvinte. Todavia para que isso pudesse de fato ocorrer, a Língua Brasileira de Sinais – LIBRA deveria ser entusiasmada, empenhada e ensinada desde a educação infantil. Dessa forma qualquer pessoa ouvinte seria habilitada a se comunicar com o deficiente auditivo, havendo a inclusão na atmosfera escolar e de trabalho.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDBEN, nº 9394/1996) estabelece que os sistemas de ensino deverão assegurar, principalmente, professores especializados ou devidamente capacitados, que possam atuar com qualquer pessoa especial na sala de aula. Portanto, o aluno surdo tem o dever de ser acolhido pelo sistema regular de educação. No entanto, este pode ser um processo lento, pois, as grandes maiorias dos professores da rede regular de ensino não estão preparadas para atender alunos com necessidades educacionais

especiais. Segundo Schwartzman (2000 *apud* SILVA, p. 39), “os professores do ensino regular não têm sido preparados para a tarefa de lidar com crianças com necessidades educativas especiais e sem este preparo, por melhor que seja o método utilizado, as chances de sucesso são muito limitadas”.

Considerando-se que haja mudanças na inclusão escolar é preciso comportamento, principalmente dos professores, já que eles são os mais motivados pelo assunto, pois muitos se deparam pela falta de vontade das pessoas que deveriam estar apoiando e lutando a favor dos avanços. As escolas de ensino regulares e complementares devem ser frequentadas pelos alunos surdos e todos os demais alunos com deficiência ao mesmo tempo, uma vez que uma não substitui a outra. Os professores precisam se qualificar, pois a inclusão não deve ser ignorada. Há escolas que estão fechadas para novos desafios permitindo assim o ensino habitual predominar até os dias de hoje, porém, devem procurar um meio para atender os alunos com deficiência auditiva, como deve ser, pois a necessidade de inclusão é cada vez maior na atualidade.

A escola incluindo o aluno surdo o tornará mais confiante, arquitetará para as dificuldades que encontrarão além da sala de aula, mostrará que assim como os outros alunos, o surdo poderá sim, trabalhar, estudar, interagir e superar as limitações da deficiência. Esse ideal de inclusão é possível que aconteça, basta que as políticas públicas educacionais reconheçam que o aprendiz é plural e peculiar ao mesmo tempo, que pensar em educação é montar seu planejamento sabendo que ele é acessível a todos motivados em assimilar que não depende das limitações individuais de cada um. A mudança na escola deve começar primeiramente com a comunicação, quando se obtém a interação entre os participantes o processo de aprendizagem é recíproco.

3 - METODOLOGIA

A metodologia se embasou nos pressupostos da pesquisa participante por meio de observação. As informações foram coletadas numa turma infantil do ensino regular da Escola Municipal de Educação Infantil José Garcez Vieira (Figura 1), uma escola da rede pública municipal de ensino locada na Praça Dom José Tomás, Bairro Siqueira Campos, Aracaju (SE). A escolha desta deu-se por apresentar, devidamente matriculadas, crianças surdas.

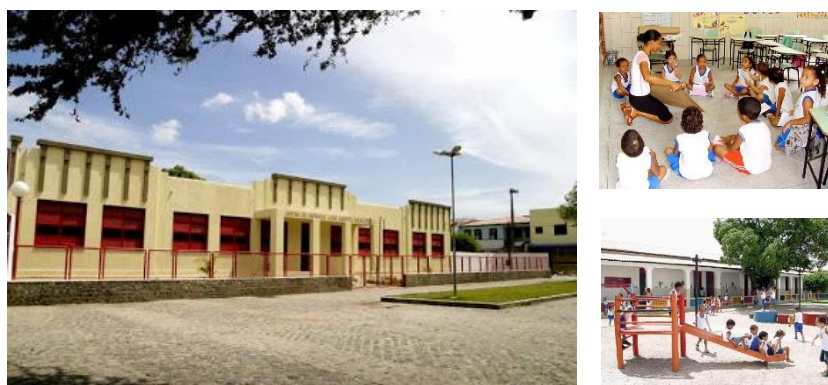


Figura 1 – Foto da Escola Municipal de Educação Infantil José Garcez Vieira.
Fonte: <http://sergipeemfotos.blogspot.com.br/2013/09/escola-municipal-de-educacao-infantil.html>

Para se atingir os objetivos inicialmente propostos foi indispensável o trabalho feito em campo, a fim de investigar e entender como acontece o processo educacional da aluna surda em turma regular do ensino infantil. Além de anotar as estratégias e metodologias de ensino, foi possível realizar entrevistas por meio de questionário para análise dos dados.

Segundo José Filho (2006) o surgimento da necessidade de se pesquisar já traz em si, a necessidade de um diálogo com a veracidade a qual se objetiva averiguar e com o desigual, uma comunicação dotada de crítica, que direciona a momentos criativos. Aquilo que se tem em vista de conhecer fenômenos que o constituinte dessa realidade a busca de abeiramento, diante de sua complexidade e dinamicidade dialética.

A entrevista é o procedimento mais utilizado no trabalho de campo. Por meio dela, o pesquisador busca extrair informes contidos na vivência dos atores. Ela não significa uma conversa despretensiosa e neutra, uma vez que se busca ser um instrumento de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeito-objetos da pesquisa que estão inseridos no cotidiano uma determinada realidade que está sendo focalizada (PÁDUA, 1997, p. 64).

Os participantes foram três professoras pedagogas ouvintes, sendo que a escola só possui uma aluna surda regularmente matriculada. Também foi observada a sala de aula (interação entre uma criança surda e vinte e uma crianças ouvintes).

Os instrumentos de coleta de dados utilizados foram observação participante, entrevista por meio de questionário contendo dez perguntas abertas e diário de campo a fim de registrar informações sobre a rotina escolar e a interação pedagógica em sala de aula. Para coletar e registrar as informações necessárias foram realizadas análises em sala de aula e entrevistas aos professores, por meio de um questionário (Apêndice 1), sobre a didática, métodos de ensino e a diferença utilizada pela existência da aluna surda mesclados em sala de ouvinte. Nesse sentido, a utilização de entrevistas foi relevante por gerar grandes contribuições à pesquisa. Vale sublinhar que o grupo didático e os educando autorizaram a verificação da mesma. O questionário, antes de ser aplicado aos professores, teve prévia autorização da Coordenação Pedagógica Escolar.

As etapas da pesquisa foram: i) Revisão de literatura; ii) Pesquisa de campo; e iii) análise dos dados.

4 - RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta parte do trabalho, serão discutidos os dados anotados por meio da observação em sala de aula e coletados em entrevistas aos professores. Com base nas práticas escolares do processo de inclusão da aluna surda na Escola Municipal de Educação Infantil José Garcez Vieira, a seguir, serão discutidos todos os dados registrados e coletados durante a realização da pesquisa.

Para melhor entender quais as dificuldades enfrentadas pela aluna surda na sala de aula regular, foi analisado a prática educativa no cotidiano da Escola Municipal José Garcez Vieira do município de Aracaju/SE.

Inicialmente, foi observado que a aluna surda com faixa etária 4 anos ainda não dominava a leitura e nem a escrita da Língua Portuguesa, e por esse motivo, não teria condições de responder o questionário aplicado.

Os alunos ouvintes têm a faixa etária entre 4 e 6 anos e estão em uma turma, de apenas 22 alunos, onde existe uma única aluna surda. A professora da turma relatou que a aluna tem muita dificuldade de compreensão e ainda não domina a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). A professora regente da classe mostrou um diagnóstico de suma importância do

intérprete na sala de aula e que a maior dificuldade enfrentada é falta de conhecimento da LIBRAS. Nesse ponto, há um equívoco, porque o profissional que deve atuar nas séries iniciais junto ao professor pedagogo, é o professor bilíngue (Língua Portuguesa-LIBRAS).

É inegável a importância da utilização de metodologias adequadas em sala de aula que beneficiem os alunos Surdos que estão inclusos, sendo o professor responsável por incentivar e mediar a construção do conhecimento através da interação com o aluno Surdo e seus colegas (LACERDA, 2006, p.163)

A inclusão em sala de aula que incluam os alunos surdos são imprescindíveis, sendo o professor responsável por incentivar e mediar a construção do conhecimento pedagógico entre o surdo e o ouvinte e criar uma ponte de interação entre eles. Pois, foi constatado que o procedimento de comunicação entre a aluna surda e os que ouvem na rede regular de ensino da escola em questão não é recíproco, e o professor é o responsável por favorecer esse intercâmbio entre ambos.

Apesar de ter o Curso Básico de LIBRAS, proporcionado pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED), a professora não domina integralmente a língua, outros educadores não possuem nenhum curso de LIBRAS e, assim, lecionam com metodologias de ouvintes para alunos surdos em sala de aula. Felipe (1997), acerca do impedimento e da comunicação que há na sala de aula por não terem a mesma língua, diz que:

(...) o ensino da língua portuguesa para crianças surdas, principalmente em escolas regulares, não tem considerado este fato e as crianças surdas, inseridas em classes de crianças ouvintes recebem o mesmo tipo de atividade como se já tivessem adquirido esta língua naturalmente e tivessem o mesmo desempenho das ouvintes (p. 41).

Na escola em questão ainda não há projetos inclusivos que incentivem o envolvimento entre os alunos surdos e ouvintes, como também não há a presença de tradutores/intérpretes de LIBRAS para interpretar e assim promover esta aproximação entre ambos.

Para Magalhães (2011, p. 8) “o ato de interpretar é uma tarefa muito mais complexa do que se prever e requer dos compreendidos não somente a prática de compreensão, mas profundo conhecimento teórico sobre a área desenvolvida em sala de aula”. O intérprete acaba tirando as dúvidas do aluno surdo e procurando as melhores maneiras de explicar os conteúdos aplicados em sala de aula. Essa função de docência não deve em hipótese alguma ser confundida e nem tampouco desenvolvida pelo tradutor/intérprete de LIBRAS, a este cabe apenas reler uma dada mensagem de uma língua para outra e vice-versa.

Em relação às dificuldades dos alunos surdos nas disciplinas, a Língua Portuguesa é que mais agrava, principalmente, quando o profissional não domina a LIBRA. Já que a nossa Língua Materna é uma língua de base fonética e antes do aluno surdo ter acesso a Matemática, Ciências e Estudos Sociais ele precisa obrigatoriamente passar pelo nosso dialeto.

Como notado na observação realizada em sala de aula, o processo da inclusão de alunos surdos na rede regular de ensino requer maiores investimentos na formação docente como também na seleção e formação de tradutores/intérpretes de LIBRAS, e principalmente, adesão de uma política pública educacional de inclusão do surdo nas escolas regulares de ensino. Há caso que a deficiência não possibilita que o aluno esteja incluído em uma sala regular, então, deve-se admitir a classe especial (C.E.)⁶ ou atendimento educacional especializado (AEE)⁷ realizado nas salas de recursos (SR)⁸. Sobre isso, Damázio (2005) esclarece que:

Ser contrário à inclusão escolar de alunos com surdez é defender guetos normalizadores que, em nome das diferenças existentes entre pessoas com surdez e ouvintes, se caracterizam, homogeneízam a educação escolar. As pessoas com surdez e/ou alguns profissionais que atuam na sua educação, em alguns momentos, usam o discurso multicultural, defendem as identidades não fixadas, o pluralismo cultural, mas, enfatizam as relações de poder de um grupo majoritário de ouvintes sobre o grupo minoritário de pessoas com surdez. A escolaridade justificada tem sido defendida, pautada em cultura, língua e comunidade próprias para as pessoas com surdez e que essa posição se baseia em teorias que estão camuflando a visão segregacionista em nome das diferenças (p. 12).

A inclusão só será possível quando a escola avançar a uma educação para todos, com todos e para cada. Enquanto isso não acontece, não existe inclusão existe integração, sobre isso, Guijarro (2005) destaca que na integração, o foco de atenção tem sido transformar a educação especial para apoiar à inserção de alunos com "deficiência" na escola regular, porém, na inclusão o centro de atenção é transformar a educação para eliminar as barreiras que limitam a aprendizagem e participação desses alunos.

Foi observado que a aluna surda fica a margem da sala de aula e não consegue acompanhar o desenvolvimento dos demais alunos ouvintes, causando assim possível

⁶ São turmas específicas para realização do AEE de cada área da deficiência e separadas das turmas regulares do ensino. No caso das C.E. para surdos, são turmas de mais ou menos dez alunos surdos, atendidos por um professor que, preferencialmente, deve possuir especialização na área de ensino para surdos e ter conhecimentos da Língua Portuguesa e da LIBRAS.

⁷ São serviços e recursos próprios desse atendimento destinado as pessoas com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orienta alunos e professores quanto a utilização desses.

⁸ São espaços onde realiza o AEE, organizado preferencialmente em escolas da rede pública estadual ou municipal de ensino, ou em centros de atendimento educacional especializado públicos ou conveniados

desistência, e posterior, evasão escolar. E esta última dá-se pelo deslocamento do aluno que por alguma razão aquele ambiente não o pertence, está distante de sua realidade, acontecendo o afastamento, no caso do surdo quando o meio não se comunica com ele, acontece o desligamento. A falta de interação por meio da LIBRAS é constante na vida cotidiana do aluno com surdez, cabe a escola socializa-lo com os demais, é começando do meio escolar que se prepara para a vida.

Na atualidade, a concepção de educação de surdos é introduzida junto à política de inclusão, focando não mais a "deficiência" vinculada à política de exclusão, mas a busca de novas propostas de aprendizagem. A acessibilidade educacional inicia-se na educação infantil, na qual se desenvolvem as bases e transmissão de valores necessários para a construção do conhecimento e desenvolvimento global do aluno. Nessa etapa, faz-se referência ao lúdico, ao acesso às formas diferenciadas de comunicação, a riqueza de estímulos nos aspectos físicos, emocionais, cognitivos, psicomotores e sociais e a convivência com as diferenças tecem as relações interpessoais, o respeito e a valorização da criança.

E a avaliação pedagógica deve configura-se como uma ação pedagógica processual e formativa que analisa o desempenho do aluno em relação ao seu progresso individual, prevalecendo na avaliação os aspectos qualitativos sob os quantitativos que indiquem as intervenções pedagógicas mediadoras do professor.

Da análise depreendeu-se um eixo importante acerca das colocações dos profissionais comprometidos na inclusão educacional do surdo no que tange à centralidade ou não da LIBRAS no método de escolarização desse aprendiz. É importante evidenciar que, para os profissionais investigados, a conversa é centralizada para a disputa da inclusão do surdo. Nesse contexto, está a forma como eles entendem (surdo) com inteligência o significado de LIBRAS e bilinguismo como fio guia dos processos de ensino.

No que diz respeito ao histórico familiar da aluna surda, segundo a professora com base nos relatos dos familiares a falta de audição foi notada entre um e três anos de idade, justamente porque essa criança até essa idade não desenvolveu a linguagem articulada. Percebeu-se que entre os alunos ouvintes todos gostam de estar com seus pares e se interagem muito bem, sendo que a aluna surda torna-se excluída. Segundo Salles (2007):

A preferência dos surdos em se relacionar com seus semelhantes fortalece sua identidade e lhes traz segurança. É no contato com seus pares que se identificam com outros surdos e encontram relatos de problemas e histórias semelhantes às suas: uma dificuldade em casa, na escola, normalmente atrelada à problemática da comunicação (p. 41).

Em contato com os familiares, a professora relata que há falta de comunicação no ambiente familiar, justamente por não valorizarem a LIBRAS como língua de comunicação, os pais oralizam com a filha e eles não compreendem o que ela tenta “falar”, não conseguem manter uma comunicação. No caso da mãe não entende o que sua filha sinaliza. Mas, com bases nos direitos das pessoas com deficiência à educação, há interesse por parte da Secretaria Municipal de Educação (SEMED) em qualificar os professores e profissionais que atendem surdos, tendo vista que já houve cursos básicos de LIBRAS.

Verificou-se que na escola municipal não há tradutor/intérprete de LIBRAS e nem professor bilíngue (Língua Portuguesa - LIBRAS), para atuarem na sala de aula regular, o que é prejudicial para estes alunos, pois não basta estarem inseridos em salas regulares como citam Santos e Gurgel (2010):

A criança surda, inserida na sala de aula comum, precisa ter seus direitos linguísticos respeitados e isso implica a presença na escola de outros profissionais da educação, como professores bilíngues ou intérpretes de Libras (p. 51)

A professora entrevistada Juliana Silveira Monteiro que atua na escola em questão, leciona em escolas municipais nos municípios de Nossa Senhora do Socorro e Aracaju, em turmas de educação infantil. No ano de 2016, trabalhou pela primeira vez com uma criança surda de quatro anos e relatou que foi um desafio e uma oportunidade de colocar em prática seus conhecimentos em LIBRAS.

Nem a aluna surda e nem seus pais ouvintes sabem LIBRAS. A professora está ensinando sinais básicos de comunicação não só para a aluna surda, como também para os alunos ouvintes, sinais como *pedir água, pedir para ir ao banheiro, lanche, vogais, números, animais e cores*. A aluna surda também está sendo atendida na sala de recursos por uma professora especialista. Os pais da aluna surda, ainda estão decidindo se vão querer que a filha use LIBRAS como a sua língua primária (L1) ou língua adicional (L2), esta se aplica a uma condição do indivíduo, onde a primeira língua (L1) é a primeira em que se aprende em seu meio social. E a (L2) Língua Brasileira de Sinais, porque eles próprios não sabem LIBRAS para ensinar e se comunicar com a filha.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos dados desta pesquisa, observou-se que as práticas escolares que envolve a inclusão de alunos surdos na Escola Municipal de Educação Infantil José Garcez Vieira, ainda apresentam grandes desafios a serem superados, pois a importância do ensino de LIBRAS na prática pedagógica dos professores que atuam com crianças surdas e ouvintes na educação infantil numa perspectiva inclusiva deve possibilitar às ambas a oportunidade de comunicação em sua língua de domínio, ainda que esta esteja sendo alfabetizada em LIBRAS-Língua Portuguesa já que o objetivo maior da educação infantil é alfabetizar a criança para que esse possa desenvolver-se e avançar no processo educacional.

A escola em questão necessita de uma reorganização e flexibilidade curricular para que todos tenham suas demandas atendidas com qualidade, para que não haja desistência e nem tampouco evasão escolar, precisando não apenas de professores especializados em LIBRAS, mas também professores bilíngues, diretores, coordenadores, funcionários em geral, porém, acaba sendo difícil por falta de recursos que subsidie as políticas públicas educacionais.

A criança surda não precisa se adequar a realidade das ouvintes, e nesse caso, a presença do professor que possui a capacitação em LIBRAS e métodos para facilitam a aprendizagem e imprescindível, para que se rompam os entraves entre professor, alunos ouvintes e surdo. O importante não é só capacitar o professor, mas também toda equipe de funcionários da escola, já que o indivíduo não estará apenas dentro da sala de aula.

No caso da promoção do ensino da LIBRAS para as crianças surdas e ouvintes, conclui-se que é muito relevante o conhecimento dessa língua por parte dos profissionais da educação, favorecendo assim o esclarecimento entre os alunos surdos e os profissionais da escola desde a cozinheira, o agente de limpeza, o diretor, o coordenador e, principalmente, os professores. É necessário também incentivar os alunos ouvintes para aprender a Língua de Sinais, fazendo assim, que haja uma aproximação entre os alunos ouvintes e surdos. Essa medida diminuirá as dificuldades de comunicação entre os alunos, abrangendo a quantidade de pessoas para se comunicar. É necessário que os profissionais tenham uma formação inicial e continuada em LIBRAS para que posteriormente tenha um contato com turmas de inclusão escolar, e assim contribuir para a educação voltada às especialidades de cada aluno. Com um maior investimento para incluir os alunos surdos na sala de aula, eliminando as barreiras comunicacionais e pedagógicas.

Incluir é tratar os alunos diferenciados e ofertar assistência nas dificuldades de cada um, que não são iguais. Segundo Rawls (2002) as escolas reconhecem a igualdade de aprender como ponto de partida e as diferenças no aprendizado como processo e o ponto de chegada. Ao discernir sobre inclusão algumas pessoas pensam que é tratar todos iguais, mas não é bem isso, inclusão escolar é dá como ponto de partida aquisição e possibilidades, criar meios para alcançar o ponto de chegada.

6 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei n. 9.394/96. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/diretrizes.pdf> >. Acesso em: dezembro 2016.

BUENO, José Geraldo da Silveira. *A inclusão de alunos deficientes auditivos nas classes comuns do ensino regular*. 2001.

Decreto Nº 5.626. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Publicada no Diário Oficial da União em 22/12/2005.

DAMÁZIO, M. F. M. **Educação escolar de pessoa com surdez**: uma proposta inclusiva. 2005. 119f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de Campinas, Campinas, 2005.

DUARTE, N. A escola de Vigotski e a educação escolar: algumas hipóteses para uma leitura pedagógica da psicologia histórico-cultural. *Psicologia USP*, v.7, n.1/2, p. 35, 1996.

FELIPE, T. A. **Escola Inclusiva e os direitos linguísticos dos Surdos**. Rio de Janeiro: Revista Espaço – INES, Vol. 7, 1997.

GUIJARRO, Maria Rosa Blanco. Ensaio Pedagógicos – Construindo escolas inclusivas. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. IITítulo.1ed.Brasília: MEC, SEESP, 2005.

GLAT, ROSANA E NOGUEIRA. **Políticas educacionais e a formação de professores para a educação inclusiva no Brasil**. In: Revista Integração. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial, ano 14, nº24, 2002.

GÓES, M. C. R.; TARTUCI, D.. Alunos surdos e experiências de letramento. In: LODI, A. C. B.; MÉLO, A. D. B. de ; FERNANDES, E (Orgs.). *Letramento, bilinguismo e educação de surdos*. Porto Alegre: Mediação, 2012.

JOSÉ FILHO, PE. M & DALBERIO, O. Desafios da Pesquisa – Franca: UNESP – FHDSS, 2006.

LACERDA, C. B. F. **Um pouco da história das diferentes abordagens na educação dos surdos**.(1998).Disponível:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010132621998000300007&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt> acesso em: 16 de abril 2015.

Lacerda, C.B.F. (2006). A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos professores e intérpretes sobre esta experiência. *Cadernos CEDES*, 26 (69), 163-184.

MAGALHÃES, R. C. B. P. **Educação inclusiva: escolarização, política e formação docente**. Brasília: Liber Livro, 2011.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *A integração de pessoas com deficiência*. São Paulo: Memnon, 2009.

Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**, Brasília, Janeiro de 2008.

PÁDUA, E. M. M. Metodologia da pesquisa: abordagem teórica prática, 2º Edição. São Paulo: Papirus, 1997.

RAWLS, J. **Uma teoria da justiça**. 2. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

SALLES, Heloisa M. M. Lima. et al. **Ensino de Língua Portuguesa para Surdos: caminhos para prática pedagógica**. Volume 1. 2.ed. Brasília: MEC, SEESP, 2007.

SALAMANCA, Declaração de, 7 a 10 de junho de 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: novembro 2016.

SANTOS, Lara F dos; GURGEL. **O Intrutor Surdo em uma Escola inclusiva bilíngue**. Porto Alegre: Mediação, 2010.

SCHWARTZMAN, José Salomão. (2000). O aluno Surdo na Escola Regular. In: Silva A.B.P.

SHIMAZAKI, E. M. Atendimento educacional à pessoa com deficiência intelectual. 2009.

VYGOTSKI, L. S. *A construção do pensamento e da linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

7 - APÊNDICE 1 – Modelo de questionário utilizado na entrevista realizada com os docentes que atuam diretamente com um aluno surdo



FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS DE SERGIPE
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO - NPGE

ESPECIALIZAÇÃO EM LIBRAS: TRADUÇÃO, INTERPRETAÇÃO E ENSINO
CURSISTA: ALINE SANTOS DE OLIVEIRA

QUESTIONÁRIO

INSTITUIÇÃO DE ENSINO: _____

NOME DO DOCENTE: _____

DISCIPLINA QUE LECIONA: _____

- 1 - Quantas crianças surdas existem na sua turma?
- 2 - Tem algum conhecimento em LIBRAS? Caso tenha, relate-o.
- 3 - Qual o grau de surdez dessa criança?
- 4 - Quais os desafios encontrados no processo de inclusão desse aluno?
- 5 - Os pais da(s) criança(s) são ouvintes ou surdos?
- 6 - Os/As professores/as utilizam qual meio de comunicação com a(s) criança(s) surda(s)?
Desse modo é possível compreender essa(s) criança(s) e ser compreendida por ela(s)?
- 7 - Como essa(s) criança(s) age(m) e comunica-se/comunicam-se com as outras crianças do grupo? E como as crianças ouvintes agem e comunicam-se com a(s) criança(s) surda(s)? E do aluno surdo com os demais alunos da sala?
- 8 - Como essa(s) criança(s) age(m) e comunica-se/comunicam-se com os/as professores/as?
- 9 - O aluno tem conhecimento da Língua Brasileira de Sinais, ou apenas faz o uso de gestos caseiros? Linguagem sinalizada?
- 10 - Há alguma coisa que você gostaria de expor e não teve oportunidade durante a entrevista do questionário? Sinta-se livre para colocar suas opiniões e sugestões quanto a educação de crianças surdas!

Espec. em Libras: Tradução, interpretação e ensino